Ano VI nº 114
19/4/2001 a 2/5/2001
Contribuição R$ 1,50

TODOS AO 1º DE MAIO

CLAUDIONOR SANTANA

POVOS DA AMÉRICA RECHAÇAM ALCA

SÉRGIO KOEI

Manifestações em Buenos Aires e no Canadá contra a reunião de Cúpula das Américas mostram repúdio à integração dos países em área de "livre comércio" controlada pelos Estados Unidos e multinacionais.

ESPAÇO ABERTO

Morre mais um petroleiro em acidente na Petrobrás. O plataformista da empresa Sotep, Rivanildo Alves de Oliveira, 42 anos, morreu no último dia 4 de abril durante um acidente na Sonda de Produção Marítima 22, no Campo de Caioba, no Sergipe, ao ser atingido por um guindaste, quando fazia manutenção de um tanque. Este foi o segundo acidente com morte em menos de um mês em Sergipe, envolvendo petroleiros terceirizados. No dia 8 de março, o motorista da empresa J.G. Conservação e Mão de Obra Ltda., Antônio Sérgio Santos Teles, 40 anos, morreu em um acidente, no Campo de Riachuelo, quando transportava uma sonda de produção terrestre.

No dia 28 de março, outro acidente ocorreu no estado de Sergipe. O operador Jamisson Carlos Rodrigues dos Santos, 32 anos, funcionário da R.B. Falcon, empreiteira que presta serviço para a Petrobrás, foi atingido no rosto, por um cabo de aço, fraturando um dos ossos da face, tendo que ser submetido à cirurgia no dia 29 de março. O acidente ocorreu na Plataforma PA-34 no campo de Guaricema.

Desde a explosão da P-36 na madrugada do dia 15 de março, causando a morte de 11 petroleiros, outros quatro acidentes sem mortes ocorreram nas unidades da Petrobrás, três deles envolvendo petroleiros terceirizados. Por não contarem com as mesmas condições de trabalho e segurança dos trabalhadores diretos da Petrobrás, esses profissionais continuam sendo as principais vítimas dos acidentes na estatal. Ainda assim, a direção da empresa insiste em não reconhece-los como petroleiros.

Esses acidentes explicitam a realidade trágica da terceirização e das atuais condições de funcionamento da segurança industrial dentro das áreas da Petrobrás.

A categoria exige: reposição imediata do efetivo (a Petrobrás reduziu de 62 mil para 34 mil o número de trabalhadores próprios na última década) através da realização de concurso público; fim da terceirização de atividades de manutenção e operação; fim da multifunção (os petroleiros têm que executar várias atividades simultaneamente, o que aumenta ainda mais o risco de acidentes); fim do acúmulo de horas extras; cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho — NR9 e NR5 (que prevêem a constituição de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes em todas as unidades e o direito de interromper de imediato as atividades em situação de risco); investimento em programas de qualificação e treinamento para todos os petroleiros (efetivos e terceirizados); participação dos sindicatos e da FUP nas comissões de investigação de acidentes da Petrobrás.

A Petrobrás reduziu na última década a menos da metade o seu quadro de trabalhadores efetivos, que caiu de 62 mil petroleiros no início dos anos 90 para cerca de 34 mil nos dias de hoje. Em contrapartida, a produção da estatal dobrou, saltando de 700 mil barris/dia para os atuais 1,5 milhão de barris/dia. A Petrobrás já conta hoje com um contingente de cerca de 100 mil trabalhadores de empresas prestadoras de serviço, a maioria não qualificada para atuar na indústria de petróleo. Conclusão: nos últimos três anos, 93 petroleiros (11 deles na explosão da P-36) perderam a vida em acidentes ocorridos na Petrobrás.

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** **opiniao@pstu.org.br**

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Teresa Maia

Sem-terra que ocuparam usina Aliança, na Zona da Mata de Pernambuco, saem em marcha para a capital do Estado, Recife, no último dia 10. A usina é considerada improdutiva pelo próprio Incra, mas os proprietários não aceitam a desapropriação e a tensão é diária.

O QUE SE DISSE

"Por que não se investiga também o Banco do Brasil, o BNDES, a Eletrobrás e os fundos de pensão? A possível grossa corrupção não está na avenida Almirante Barroso (sede da Sudam), em Belém, mas é possível que esteja perto da avenida Paulista."

Jader Barbalho rebate acusações do seu envolvimento no caso Sudam e levanta suspeita contra uma empresa em São Paulo que seria intermediária do dinheiro liberado pelo governo para a Sudam e Sudene. É simples, investigue-se, então, tudo. Na *Folha On Line*, em 16/4/2001.

"Tenho uma teoria, que espero comprovar, de que não há aumento avassalador de corrupção, uma pandemia ética, com todo mundo maculado. O que há é uma ampla divulgação no mundo on line em que vivemos."

Anadyr de Mendonça Rodrigues Corregedora-geral da União, o cargo/testa-de-ferro que FHC inventou para abafar a CPI de Corrupção. A nova teoria da conspiração foi divulgada, na maior cara-de-pau, um dia após a denúncia de que a roubalheira do Lalau perto da roubalheira da Sudam era coisa de trombadinha. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 12/4/2001.

"Estou ficando cansado disso tudo e já me perguntei se não é hora de voltar para casa. Não sou bandido! Eu não sou o lixo, sou o lixeiro."

Fernando Bezerra, ministro da Integração Nacional. Bem, supondo que o próprio ministro esteja falando a verdade a respeito de si mesmo, não justificaria enterrar a CPI da Sudam afinal resta saber então quem são os bandidos e onde está o lixo. Na revista *Isto É*, 16/4/2001.

"Temos 1,2 bilhão aplicado em empresas que emitiram notas fiscais frias e superfaturadas e que já tiveram os projetos cancelados por irregularidades. Mas, até hoje, a Sudene não moveu qualquer medida para tentar reaver os recursos."

José Pimentel, deputado PT-CE sobre os rombos na Sudene. Estima-se que eles cheguem a R$ 1,7 bilhão. É para concorrer em "alto nível" com a Sudam. No jornal o *Estado de S.Paulo*, em 16/4/2001.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Tomar o caminho da ação direta já

Claudionor Santana

O 1º de maio se aproxima e os trabalhadores não têm o que comemorar. O novo salário mínimo de R$ 180 é uma vergonha. E é de um cinismo atroz falar em "distribuição de renda" e "diminuição da pobreza" com esse aumento de 19% ou...R$ 29. Ainda mais, quando se vê que o "rombo da Sudam" chega a R$ 2 bi, o da Sudene pode ser ainda maior e os beneficiários são altos figurões da República e empresários de todos os estados.

É outro escândalo o calote que este governo está dando no FGTS dos trabalhadores, quando paga mais de 604 bilhões de reais de juros aos banqueiros ao ano.

É cruel ver o cerco aos trabalhadores sem-terra e ao MST, o estrangulamento do crédito para a Reforma Agrária e para os assentamentos e pequenos produtores, quando ladrões de colarinho branco, como o presidente do Senado e os filhos do próprio FHC ostentam fazendas que valem mais de R$ 600 mil.

É revoltante ver o funcionalismo sem aumento há sete anos e a destruição dos serviços públicos, enquanto os Lalaus e Eduardos Jorges da vida e todo o alto escalão tucano e governista se enriquece com propinas de grandes empresários e banqueiros, com a entrega e privatização do patrimônio público e têm bilhões em contas nos paraísos fiscais.

É triste assistir o arrocho salarial, o desemprego e a precarização do trabalho, enquanto as transnacionais e grandes bancos têm lucros estupendos.

Sob a batuta do FMI, esse governo negocia a Alca, mata 90 petroleiros em três anos e entrega na bacia das almas empresas como a Petrobrás, Furnas e todas as demais estatais.

A classe trabalhadora, os sem-terra, a juventude, não só não têm o que comemorar, como estão contra isso tudo que está aí.

O governo, por sua vez, está prá lá de desgastado e a crise política – a divisão nos de cima – está pegando fogo. Depois de um tremendo abafa, a CPI da corrupção voltou à tona, com as novas denúncias da Sudam, com a comprovação de que o líder do governo – Senador José Roberto Arruda (PSDB) – e ACM violaram o painel de votação do Senado.

A economia também vai mal: O governo de novo aumentou os juros, o dólar tem disparado e a inflação está subindo, no compasso da crise Argentina, da crise nos Estados Unidos e da crise política interna.

Os trabalhadores têm, portanto, todas as condições de virar o jogo: impor suas reivindicações e botar pra fora esse governo do FMI.

O problema é que para isso é necessário tomar o caminho da ação direta unificada, pela CPI já, pelo Fora FHC e o FMI, por aumento geral de salários a começar pelo aumento do salário do funcionalismo (que vai á greve de 48 horas em maio) e do mínimo, pelo pagamento integral e imediato do FGTS, pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, pela anulação das privatizações, pelo não pagamento da dívida externa.

Ocorre que o PT e a maioria da CUT não têm como prioridade a ação extra-parlamentar. O PT prefere ficar marcando posição neste Congresso corrupto e burguês até a medula, onde sabe que não passará CPI alguma sem que milhares ganhem as ruas.

Enquanto isso, os sem-terra lutam isolados, o funcionalismo é obrigado a ir à luta sozinho e o país continua sendo entregue ao imperialismo e à uma minoria, que é sócia da rapina.

Nós dizemos que não há que ter nenhuma confiança nesse Congresso Nacional e que todos devemos jogar pesado na convocação do 1º de Maio e fazer destes atos o começo de uma jornada de lutas pela CPI já, pelo Fora FHC e pelas reivindicações dos trabalhadores.

O 1º de maio não é dia de festa e nem dia de atos pró eleição de 2002, precisa ser um dia de luta pelo Fora FHC, que sirva para estimular novas e mais fortes mobilizações.

OPINIÃO

Os "suspeitos de sempre"

Wilson H. da Silva,
membro da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

Em um dos maiores clássicos do cinema mundial, o filme *Casablanca,* em determinado momento, o chefe de polícia dá uma ordem um tanto insólita para seus subordinados: Prendam os suspeitos de sempre!

Caso se passasse nos dias de hoje e nos Estados Unidos — como também no Brasil —, em poucos minutos a cadeia local estaria cheia de jovens negros pobres, uma combinação de fatores que torna qualquer um suspeito até que se prove o contrário. Uma suspeita que, muitas vezes, é fatal.

Esse foi o caso de Timothy Thomas, de 19 anos. No dia 7 de abril, Thomas, que estava desarmado, cometeu o "crime" de andar sozinho por uma rua deserta e foi assassinado por um policial branco na cidade de Cincinnati, em Ohio, nos Estados Unidos. Trágica em muitos sentidos, a morte do jovem, contudo, está longe de ser um fato isolado: desde de 1995, 15 "suspeitos" negros foram mortos pela polícia de Cincinatti, uma cidade onde 43% dos 330 mil habitantes são negros. Como pode-se imaginar, neste mesmo período nenhum branco foi alvejado por policiais.

No entanto, o que os poderosos brancos locais não esperavam foi a enorme mobilização que tomou conta da cidade. Durante toda a semana, milhares e milhares de pessoas saíram às ruas, protagonizando cenas que em muito lembraram o levante negro em Los Angeles, em 1992: saques, lojas incendiadas, muitos brancos espancados nas ruas e os policiais transformados em alvos prediletos da fúria popular.

O prefeito Charles Lunken, por sua vez, numa atitude digna das mais conhecidas ditaduras, decretou "toque de recolher" entre as 20 horas e 6 horas, uma medida que só foi suspensa no dia 16 de abril, depois de que centenas de moradores foram presos.

Demonstração categórica de que nos Estados Unidos, como no resto do mundo, o racismo é uma das facetas mais asquerosas da "Era da Globalização", o episódio ainda serviu para mostrar ao mundo algo que, certamente, deve estar provocando calafrios em Bush e seus asseclas: o crescimento do grupo "Novas Panteras Negras", que escoltou, com os punhos esquerdos no ar, como na década de 60, o corpo de Timothy Thomas até o cemitério.

Manifestação em Brasília pediu CPI contra corrupção

Servidores marcam greve de 48 horas

Luciana Araujo,
da redação

Os servidores públicos federais estão preparando uma paralisação de 48 horas para os dias 9 e 10 de maio, com atos nas principais capitais do país. A paralisação é resolução da plenária nacional da categoria realizada no último dia 7 em Brasília, dois dias depois da *Marcha SOS Serviço Público*, que teve como centro político a exigência da abertura da CPI contra a corrupção. Os trabalhadores percorreram os ministérios e realizaram atos em oito deles exigindo também reajuste salarial de 75%, defesa do serviço público e a correção do FGTS. Durante a Marcha, que reuniu 15 mil pessoas, foi colocado um painel em frente ao Congresso com os nomes dos deputados e senadores que se recusaram a assinar o pedido da CPI.

No dia 20 de maio, os servidores fazem nova plenária nacional para avaliar as paralisações e definir pela entrada ou não em greve nacional. O indicativo aprovado na plenária passada é de que na primeira semana de junho a categoria cruze os braços por tempo indeterminado para exigir do governo o reajuste salarial de 75,48%, respeito à data-base e a manutenção do artigo 7º da Constituição Federal – que garante o direito a férias, 13º salário e descanso semanal remunerado. Os servidores estão indignados com o anúncio feito pelo governo, no último dia 12, de que só incluirá a previsão de reajuste linear para os servidores na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002, em mais um estelionato eleitoral.

Enquanto isso, FHC segue fazendo de tudo para abafar a CPI e proteger seu ex-secretário Eduardo Jorge e a própria pele no escândalo do TRT de São Paulo. Sem falar nas maracutaias orquestradas pelo atual presidente do Senado, Jader Barbalho, junto com seus afilhados políticos da Sudam – o que deixou Lalau se roendo de inveja.

Toda a lama que veio à tona com as denúncias de corrupção no Congresso, na Sudam e outras esferas do governo FHC, somada aos seis anos de arrocho salarial no serviço público, ataques à educação e ao MST estão levando os trabalhadores e a juventude a retomarem as ruas para acabar com a pouca vergonha em que se transformou o "reinado" de FHC/FMI. Depois da jornada de luta dos estudantes ocorrida entre os dias 27 e 29 de março, foi a vez dos servidores públicos entrarem em cena. Mas as entidades dos trabalhadores e estudantes e os partidos da esquerda não podem depositar nenhum fio de confiança nas manobras feitas pelos picaretas do Congresso Nacional. É hora de intensificar as mobilizações e fazer o 1º de Maio uma manifestação de massas pela CPI, rumo a uma nova Marcha dos 100 Mil.

Claudinor Santana

Manifestação em Brasília, 5 de abril

"É possível retomar o Fora FHC"

O Opinião Socialista conversou com José Maria de Almeida, membro da Executiva Nacional da CUT e dirigente do PSTU, que fala sobre a crise política no país e sobre a importância das lutas nessa situação.

OS – Qual a sua avaliação sobre a jornada de lutas dos servidores públicos?

Zé Maria – O dia 5 foi uma manifestação importante e superior às expectativas que se tinha em termos de presença, mas ainda não foi suficiente para virar o quadro político do país de forma a que as mobilizações passem a ocupar um lugar central na conjuntura. É fundamental considerá-la como um pontapé para avançar o processo de mobilização e potencializar o desgaste do governo.

OS – Em sua opinião é possível derrubar a operação abafa do governo sobre a CPI?

Zé Maria – As últimas denúncias de corrupção afundaram o Congresso numa crise profunda, que reflete as recorrentes crises do governo FHC. Agora, mais que nunca, se o movimento de massas tomar a tarefa de potencializar essa crise pode levar de fato à derrubada do governo. Nesse sentido, as manifestações do 1° de maio e do dia 10 de maio são fundamentais.

Nós do PSTU vamos continuar insistindo na construção de uma nova marcha com 100, 200 mil em Brasília que recoloque na ordem do dia o Fora FHC e o FMI. É necessário que a direção do PT se disponha a batalhar para derrubar o governo agora, e não esperar 2002.

A própria direção da CUT tem que mudar a postura. A última reunião da Executiva Nacional não aprovou um chamado a uma nova manifestação de massa em Brasília. No próximo dia 3 de maio, na reunião do Fórum Nacional de Lutas, vamos recolocar o debate.

MST faz ocupações e manifestações

Bloqueio de estradas, ocupação de fazendas e manifestações em 23 estados marcaram o dia 17 de abril este ano (Dia Mundial de Luta Camponesa e pela punição dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, que já completou cinco anos sem que nenhum dos culpados tenha sido punido). Cerca de 22 mil sem-terra participaram das manifestações e o ponto alto foi o fechamento da ponte que liga o Brasil à Argentina por 13 horas.

Para Gilmar Mauro, dirigente nacional do MST, *"o dia 17 é cada vez mais um dia contra a impunidade."*

Segundo Gilmar Mauro, *"o balanço do dia 17 é positivo porque cada vez mais o 17 de abril não é só uma luta do MST. Extrapola em muito o Movimento e é um dia de luta por justiça. Em todo o Brasil e em diversos países do mundo houve manifestações que envolveram milhares de pessoas"*.

Para o 1º de Maio, os sem-terra estão preparando a incorporação do movimento em todos os atos que vão acontecer no país, mas para o MST, a prioridade será o ato que acontecerá no Paraná. *"Estaremos inaugurando o monumento em homenagem ao nosso companheiro Antônio Xavier, assassinado pela polícia no ano passado, na BR 277."* O monumento, construído pelo arquiteto Oscar Niemeyer, vai deixar a marca da impunidade e da luta pela punição às vítimas do latifúndio exposta para toda a sociedade. Para o líder sem-terra, o 1º de maio *"também será um momento importante para colocar a questão da CPI. Nesse momento é uma bandeira que todos devemos assumir para resgatar o 1º de Maio como um dia de luta dos trabalhadores e não de shows ou festas."*

No dia 2 de maio, também em Curitiba, o MST vai realizar um julgamento simbólico dos assassinos de Antônio, com a presença de parlamentares, partidos de esquerda e defensores dos direitos humanos. (L.A.)

B R A S I L *Maremoto de denúncias agita mar de lama em Brasília*

Novas denúncias agravam crise política

Euclides de Agrela,
da redação

Nos últimos dias surgiu uma nova onda de denúncias no mar de lama que envolve o governo FHC, o Congresso Nacional e os partidos da sua base de sustentação: PSDB, PMDB e PFL.

O laudo dos técnicos da Unicamp comprovou a violação do sistema eletrônico de votação do Senado na sessão que cassou Luís Estevão (PMDB-DF), em 28 de junho de 2000. O professor Álvaro Penteado Crosta, coordenador da comissão de peritos, declarou inclusive que "*há possibilidade de mudança dos votos no painel*".

Além disso, a ex-diretora do Prodasen (Processamento de Dados do Senado), Regina Célia Pires Borges, afirmou à comissão de inquérito que investiga o caso que o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez o pedido de violação e disse falar em nome do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), à época presidente do Senado.

A comprovação da fraude, com o laudo da Unicamp e o depoimento de Regina Borges, desviou para ACM e Arruda as atenções que estavam voltadas para o atual presidente Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

Na noite anterior à descoberta da violação do sistema de sigilo da votação no Senado, a Polícia Federal passou a executar 27 mandados de prisão contra acusados de desviar recursos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Entre eles encontra-se José Osmar Borges, empresário e ex-sócio de Jader, que foi preso no Mato Grosso, e Maria Auxiliadora Barra Martins, ex-diretora de finanças da Sudam, dona de um escritório de lobby em Belém, com maior percentual de aprovação de projetos no órgão.

O ex-superintendente da Sudam, que chefiou o órgão de 1996 a 1999, Artur Guedes Tourinho, apesar de ter seu pedido de prisão preventiva negado, teve seus bens postos em indisponibilidade. Tourinho liberou para a sua própria empresa R$ 320 mil em pelo menos uma ocasião. Estima-se que o rombo nos cofres da Sudam alcança a quantia de R$ 2 bilhões.

Mas isso não é tudo. Também se encontra sob investigação a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). "*O vice-presidente da CPI do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), deputado José Pimentel (PT-CE), garante que o volume de recursos desviados da Sudene — que repassa recursos do Finor – é bem superior ao valor das fraudes identificadas na Sudam*" (*O Estado de S. Paulo* 17/4/01).

Os recursos da Sudene são administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que é atualmente presidido por Byron Queiroz, ex-secretário de Planejamento do primeiro governo de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Segundo a revista *Veja*, há denúncias de favorecimento à empresa Refrescos Cearenses, de propriedade de Tasso. Além disso, corre em Brasília uma lista de beneficiados, que estavam em situação irregular com os financiamentos da Sudene, a pedido de ACM, César Borges (PFL), governador da Bahia e de Geddel Vieira Lima, líder do PMDB na Câmara.

As disputas entre o PSDB, PMDB e PFL — e no interior de cada um deles — tem por objetivo localizar melhor cada um destes partidos e suas frações dentro do bloco governista para a disputa das eleições de 2002. Até agora, nenhum parlamentar do PSDB havia se envolvido diretamente com um escândalo que implicasse a quebra de decoro. José Roberto Arruda, o líder do governo no Senado, fez com que o PSDB se enlameasse no mesmo nível do PFL de ACM e do PMDB de Jader Barbalho.

Beto Barata

Arruda(à esquerda) e ACM: mandatos ameaçados

CPI Já e Fora FHC

Quando fechávamos esta edição, já tinha sido atingido o número de 27 assinaturas necessárias no Senado para a instalação da CPI da corrupção nesta casa. Na Câmara dos Deputados, faltavam 20 assinaturas para se atingir o mínimo exigido (171) para a instalação de uma CPI mista, formada por deputados e senadores.

Os trabalhadores brasileiros não podem depositar nenhuma confiança neste Congresso Nacional de 300 picaretas. Porém a burguesia e seus partidos encontram-se divididos e é evidente que a instalação de uma CPI seria um importante derrota para FHC, que gostaria de estar de mãos livres para seguir aplicando os planos do FMI e preparando tranqüilamente sua sucessão em 2002.

Se uma parte dos deputados, inclusive da base dos partidos governistas, assinam em favor de uma CPI da corrupção, faz isso para contar pontos com vistas a sua reeleição e também para barganhar cargos e benefícios. Por isso, nada nos garante que esta nova CPI não termine numa pizza "ampla, geral e irrestrita" para FHC, ACM e Jader Barbalho.

Dessa forma, o PT e o PCdoB não podem se limitar a apostar apenas na via institucional. Até porque isso acaba dando tempo para o governo, e os partidos da sua base, tentar fechar a crise e buscar uma recomposição em torno de um candidato a presidência da República para 2002.

Já vimos esse filme no Fora Collor e nos escândalo dos anões do Orçamento durante o governo Itamar. O resultado da defesa da posse do vice de Collor e da institucionalidade burguesa foi oito anos para FHC realizar a revisão constitucional e aplicar os planos do FMI.

O dia 5 de abril em Brasília demonstrou que é possível convocar mobilizações que reúnam dezenas de milhares de pessoas em todo o país. É possível e necessário realizar uma ampla campanha pela CPI, passar abaixo-assinados por uma nova ação popular, realizar atos em todo o país e convocar uma nova marcha dos 100 mil, que una trabalhadores, sem terra e estudantes de todo o país numa só voz: *Fora Já! Fora Já daqui, o FHC e o FMI!*

Abafa vai custar caro

Quando do fechamento desta edição, José Roberto Arruda anunciou que iria deixar a liderança do governo no Senado. O golpe de misericórdia veio com o novo depoimento de Regina Borges. Ela afirmou à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar que o senador lhe disse que o sigilo da violação do painel eletrônico tinha que ser mantido "até sob tortura".

O afastamento de José Arruda também deixa claro que o primeiro passo da nova operação abafa é preservar o governo desse tiroteio. O segundo passo será tentar costurar um acordão que impeça o tiroteio e acusações mutuas quase diárias e a CPI da Corrupção, o que não será fácil. As denúncias já estão na praça e o governo terá inúmeros problemas, por exemplo, para acalmar ACM, que está novamente acuado e com o seu mandato ameaçado.

Ainda que o governo consiga impedir a CPI, o preço a pagar será alto, não apenas em relação a compra de votos, a liberação de verbas orçamentárias e cargos de confiança para "disciplinar" a maioria governista, mas principalmente com o aumento do desgaste diante dos trabalhadores e do povo. (E.A.)

Cresce luta contra a Alca

Neste mês de abril, os governos pró-FMI de todo continente americano dão passos decisivos para iniciar as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e colocá-la em prática a partir de 2006. Nos dias 6 e 7 de abril se reuniram em Buenos Aires os chanceleres e ministros da economia de 34 países, acertando um documento e prazos de implementação da área de livre comércio. No dia 20, seria a vez dos chefes de estado desses países que se reuniriam em Quebec, Canadá, na 3ª Cúpula das Américas, onde acertariam o início das negociações do Acordo.

Neste mesmo período, se intensificaram as lutas dos trabalhadores e da juventude contra a Alca. Globalizando as lutas e a campanha contra esse Acordo para a Legalização da Colonização da América Latina, os trabalhadores do cone sul tomaram Buenos Aires no dia 6 de abril e Quebec a partir do dia 20, seria palco de uma grande manifestação internacionalista.

Mariúcha Fontana,
de Buenos Aires

Em que pese que poderia ter ocorrido uma mobilização de proporções qualitativamente superiores, a manifestação do último dia 6 de abril em Buenos Aires foi um marco importante na luta dos trabalhadores latino-americanos.

A manifestação foi convocada pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul em repúdio à Alca e à reunião dos ministros dos 34 países do continente reunidos na Argentina, que preparariam um documento para dar início às negociações da Alca na cúpula de Quebec. Havia a possibilidade de dar continuidade à luta de Seatlle num patamar superior, com dois novos ingredientes qualitativos: o primeiro era a reunião e o ato estarem marcados para um país convulsionado por grandes lutas de massas e que tinha uma nova greve geral marcada para esta data; o segundo é que no seu centro estaria a classe trabalhadora, seria um Seatlle operário.

Mas as centrais sindicais argentinas suspenderam a greve geral – na prática deram uma trégua a Cavallo – e, mais nefasto que isso, convocaram manifestações separadas. A CGT oficial fez um ato no dia 5 que reuniu em torno de 3 mil pessoas, a CGT dissidente de Hugo Moyano realizou sua própria manifestação no dia 6 e reuniu por volta de 10 mil pessoas e a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) com as demais centrais do Cone Sul realizaram um ato – do qual participaram as delegações internacionais - com cerca de 10 mil pessoas e depois uma passeata que se ampliou para cerca de 15 mil.

Mesmo sem a greve geral, uma manifestação unitária poderia ter reunido seguramente mais de 30 mil pessoas.

Mas apesar disso tudo, a manifestação internacionalista em Buenos Aires, a presença de delegações estrangeiras (ainda que aquém do peso que poderiam ter) teve grande repercussão e pela primeira vez uniram na luta trabalhadores argentinos, brasileiros, chilenos, paraguaios contra o imperialismo e também contra seus governos. Demonstrou ainda que o Mercosul é das multinacionais, dos ricos e do capital, pois os trabalhadores foram barrados na fronteira. A população argentina demonstrava ostensivamente sua solidariedade com os trabalhadores brasileiros nas ruas e também com o pessoal da fronteira, que arriou a bandeira argentina do Consulado e hasteou a da CUT, cena fartamente mostrada na TV argentina.

Sérgio Koei

Buenos Aires: delegação brasileira chega ao palanque, atravessando o ato que abre caminho e a aplaude

LIT e PSTU tiveram forte presença

A delegação brasileira de conjunto, em Buenos Aires, era de cerca de 250 pessoas. O PSTU teve uma presença marcante na delegação brasileira, mais de 70 companheiros do partido chegaram a Buenos Aires e mais de 70 ficaram retidos na fronteira junto com a delegação cutista. É preciso dizer também que a CUT não jogou o peso que poderia para esta manifestação, a esquerda cutista foi quem investiu e garantiu mais gente e como parte da esquerda, o PSTU teve papel importante.

Já na manhã do dia 6, militantes do PSTU e da esquerda cutista se dirigiram em passeata para a sede da CTA, para buscar articular uma manifestação na Chancelaria Argentina para exigir a liberação dos brasileiros presos na fronteira. Da sede da Central argentina, saiu uma passeata de toda a delegação da CUT, dos militantes do PSTU, da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) e também de militantes da UIT até à Chancelaria. Esta, negou-se a receber os representantes da CUT, CTA e parlamentares presentes.

Encerrado este ato, os companheiros da esquerda da CUT, militantes do PSTU e da LIT seguiram em passeata pela principal avenida de Buenos Aires – a 9 de Julho – até a praça do Congresso, onde se realizaria a manifestação central. No trajeto, as faixas dos metalúrgicos de Minas Gerais e São José, as faixas dos bancários, bandeiras da CUT, uma enormidade de bandeiras do PSTU, uma faixa da LIT chamavam a atenção dos argentinos que apoiavam a passeata, paravam os carros e muitos aplaudiam as palavras-de-ordem que gritávamos em português.

Já no ato se rearticulou uma coluna do conjunto da CUT, puxada por uma faixa da Central. A delegação brasileira foi muito aplaudida e o espaço ia se abrindo para permitir que chegássemos até o palanque.

Depois do ato, saiu uma passeata para ir até ao hotel onde se encontravam os ministros dos 34 países. Atrás da coluna da CUT e no meio da coluna da CTA, formou-se uma coluna da LIT, com cerca de 230 pessoas.

No final, houve repressão policial e dispersão dos manifestantes. A coluna da LIT, no entanto, retirou-se ordenadamente e ainda realizou um breve ato. (M.F.)

PO agride brasileiros a pauladas

Quando terminou o ato e se iniciou a passeata rumo ao Hotel Sheraton, saiu a coluna da CUT, na qual se encontrava o **PSTU** e a ela juntou-se também toda a coluna da **LIT** que, como a CUT, ficou no meio da coluna da CTA. Na primeira esquina, aparece o Partido Obrero (partido irmão da Causa Operária brasileira), com cerca de 500 pessoas e uma dupla linha de frente armada de grossos porretes, que estava na lateral esperando para entrar. Ao ver a coluna do PSTU e da LIT junto com a coluna da CUT, lançaram-se a porretadas sobre nossa coluna.

O diário argentino *Página 12* se referiu ao incidente nos seguintes termos: *"Já na marcha, os delegados estrangeiros viveram muito de perto o folclore típico das marchas argentinas. Um exemplo foi Wanda, uma norueguesa de 29 anos. Com apenas dois meses em Buenos Aires, sofreu na própria carne a atropelada da coluna do Partido Obrero. Como os demais integrantes da obra de teatro de rua, que colocou o agrupamento ATTAC colocou em cena, Wanda observou a abrupta irrupção dos manifestantes do PO. Estes conseguiram melhorar sua localização utilizando paus, diante das queixas resignadas dos atores. Depois chegou a hora dos trotskystas brasileiros do PSTU, que receberam de seus pares uma curiosa boa vinda, consistindo numa rápida e contundente saraivada de pauladas" (Página 12, 7/4/2001).*

Ainda que pega de surpresa e ante a perplexidade da esquerda brasileira lá presente, a coluna da LIT, com apoio de outros ativistas brasileiros e argentinos, defendeu-se e não deixou que os agressores rasgassem nossa faixa, como queriam.

O curioso é que os paus e os cordões de segurança dessa seita degenerada são usados para disputar espaço com a esquerda, pois quando chegou a polícia reprimindo a todos sumiram os paus e as pauladas do PO.

Essa metodologia stalinista, de usar a agressão física para se impor e disputar o movimento operário, deve ser repudiada pelo conjunto da esquerda. (M.F.)

Manifestação na fronteira

Davi,
de Porto Alegre

Saímos em vinte ônibus de Porto Alegre, na manhã do dia 5 de abril. Nosso destino era a manifestação internacional contra a Reunião da Alca em Buenos Aires.

Já eram mais de três horas da manhã, quando nosso ônibus parou alguns metros antes da ponte que liga o Uruguai à Argentina. Queriam impedir a nossa entrada na Argentina. Pouco tempo depois, ficamos sabendo que outros dois ônibus da nossa caravana já haviam chegado e estacionado dentro da alfândega.

Os que chegaram na nossa frente eram impedidos de sair dos ônibus, e nós éramos proibidos de entrar na área da alfândega. Minutos mais tarde, surgiram os faróis de outro ônibus, mas este não era da nossa caravana: transportava turistas argentinos. A reação foi unânime, se não passamos nós, não passa ninguém. Tomamos a pista.

Até as cinco da manhã, estavam enfileirados os dezenove ônibus da nossa caravana, e os companheiros que haviam ficado sitiados na alfândega já haviam se juntado a nós, éramos mais de 900 manifestantes.

As primeiras luzes do dia chegaram junto com os primeiros meios de comunicação. As bandeiras e faixas denunciando a Alca começavam a aparecer. As palavras de ordem começavam a ecoar. As duas tentativas de negociação das autoridades com nossos representantes não avançaram, a segunda contou inclusive com a presença do cônsul argentino em Paysandú.

Entre os turistas que ficaram no bloqueio, muitos manifestavam apoio ao movimento. Durante um painel promovido pelo PSTU e pela revista *Marxismo Vivo* em pleno asfalto, alguns argentinos se aproximam para escutar com curiosidade.

A plenária do movimento, ao meio dia e meio, decidiu que avançássemos em passeata até a barreira policial na entrada na alfândega. Tomamos a rua em frente ao Consulado argentino, forçamos a entrada e ocupamos parte do local. O cônsul nos entregou um documento, no qual tentava justificar a arbitrariedade alegando, como exigência, que cada turista deveria provar a posse de US$ 50 por dia para de estadia no país.

O bloqueio dos nossos ônibus não respondia a razões econômicas e sim políticas. Mas a alegada exigência é mais uma prova de que a integração do Mercosul só existe para quem tem dinheiro. Não tivemos dúvidas, arriamos a bandeira Argentina e hasteamos a bandeira da CUT no Consulado. A força da nossa manifestação contra a Alca ecoou também da fronteira.

Sérgio Koei

Coluna da LIT na marcha que se dirige ao hotel Sheraton

Sérgio Koei

Sindicalistas brasileiros, PSTU e LIT fazem passeata por avenida 9 de Julho exigindo liberação dos ônibus brasileiros presos na fronteira

Em Quebec, a luta continua

Quando fechávamos esta edição, milhares de manifestantes já se encontravam em Quebec, no Canadá, para repudiar a reunião dos 34 chefes de estado que lançará o início da Alca. Os manifestantes prometem um novo Seattle e uma mobilização ainda maior que aquela. Diferente de Buenos Aires, que realizou atos com presença majoritária da classe trabalhadora e peso central dos sindicatos, em Quebec a maior presença é da juventude e também de centenas de Organizações Não Governamentais.

Ainda assim, a manifestação tem forte presença e conteúdo anti-imperialista e também anticapitalista. Uma das três principais entidades organizadoras do protesto – a Clac — Convergência das lutas anti-capitalistas — chama uma ação global e internacionalista contra o capitalismo e as multinacionais. O PSTU e a LIT, bem como a Rede Internacional de Solidariedade, também estarão presentes na manifestação de Quebec. Estaremos lá, gritando com os manifestantes: *"O capitalismo mata. Morte ao capitalismo!", "Não à Alca!".*

A luta contra a Alca, sem dúvida, precisa ser internacional. Mas também, para derrotar esse projeto se faz necessário uma coordenação das lutas de massas dos diferentes países. Pois, para barrar a Alca e o processo de recolonização que o imperialismo americano, e também o imperialismo europeu, vem impondo aos países subdesenvolvidos é decisivo botar abaixo os governos pró-FMI que governam nossos países.

E essa tarefa exige ações de massas contra os governos, a ruptura dos acordos com o FMI, o não pagamento das dívidas externas e também contra a Alca. Do contrário, tais governos, pelas costas do povo, seguirão submetendo os países aos interesses do imperialismo e das multinacionais.

É contraditório se dizer contra a Alca e ao mesmo tempo aceitar que os atuais governos sigam governando sob a batuta do FMI e negociando a Alca.

Abaixo a Alca! Fora o FMI e os seus governos! Não pagamento das dívidas externas! Morte ao capitalismo! Pela globalização das lutas! Um mundo socialista é possível: sem FMI, OMC, ONU, Otan, Alca, etc. (M.F.)

Rede Sindical tem adesões na Argentina

A Rede Internacional de Solidariedade vem ampliando sua atuação e colocando em prática seu princípio de organizar internacionalmente o sindicalismo classista e de confronto. A Rede teve presença na manifestação de Buenos Aires e abriu contato com vários sindicalistas argentinos.

No dia 5, a Rede realizou uma reunião, que contou com a adesão de vários sindicalistas argentinos. Em nome da Rede abriram a reunião o companheiro Mané Melato, do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, da CUT/SP e da *Alternativa Sindical e Socialista,* Dirceu Travesso, da Executiva Nacional da CUT e do *Movimento por uma Tendência Socialista* e Beatriz, dos Químicos da Alemanha.

Da Argentina, participaram dirigentes do Sindicato dos Professores de La Matanza (município da Grande Buenos Aires), um dirigente ferroviário, outro de portuários, dirigentes sindicais da indústria frigorífica, uma série de delegados do metrô e dos eletricitários. Participou também um dirigente regional metalúrgico da UOM (o Sindicato dos Metalúrgicos argentinos) vinculados à CTA de Rosário. Ele informou que eles aprovaram a adesão da UOM de Villa Constitución (Província de Santa Fé) à Rede Sindical e também o compromisso de trabalharem para que outros setores façam o mesmo. (M.F.)

Estados Unidos querem liberdade total para os seus capitais

Alca é sinônimo de recolonização

Mariúcha Fontana,
da redação

Em 6 e 7 de abril reuniram-se em Buenos Aires ministros de 34 países do continente, formulando um documento preparatório à cúpula de Quebec que se realizaria a partir do dia 20 de abril, onde os chefes de estado de todos os países americanos (exceto Cuba) ratificarão e darão início às negociações para implantação da Área de Livre Comércio das Américas a partir do início de 2005.

O governo brasileiro e seu ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, saíram da reunião de Buenos Aires cantando vitória, pelo fato dos Estados Unidos terem aceitado concluir as negociações em dezembro de 2005 e não em 2003 como defendia antes. Celso Lafer também demitiu o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, chefe do Instituto de Estudos do Itamaraty, por este ter se posicionado contra a Alca.

Na verdade, não houve "vitória" alguma na reunião de Buenos Aires. A Alca, uma vez concluída, estenderá a toda a América as regras do Nafta, derrubará todas as tarifas de importação dos países, definirá regras de acesso ao comércio de modo geral, como agricultura, investimentos, serviços e compras governamentais. Enfim, liberdade completa para os capitais.

Isso significará que o Brasil e demais países latino americanos deverão chegar a alíquota zero de importação, por exemplo, numa nova rodada de abertura comercial e desnacionalização de seu parque produtivo. Por exemplo, hoje Brasil e Argentina têm 14% de taxa de importação para bens de capital e tarifa zero dentro do Mercosul, com a Alca a tarifa zero se estenderia para os Estados Unidos, que, seguramente, levaria à falência toda indústria de bens de capital brasileiras ou sua aquisição por empresas norte-americanas.

Imporá também a obrigação dos Estados nacionais abrirem completamente suas compras governamentais nas três esferas (nacional, estaduais e municipais), bem como todo setor de serviços à "concorrência" das multinacionais, da merenda escolar a material de escritório, de buraco de rua à construção de estradas e saneamento básico estarão sendo "disputados".

Os poucos "obstáculos" ainda existentes, depois do que foi essa década de abertura neoliberal, deverão ser "removidos" para que o capital imperialista faça o que bem lhe aprouver. A privatização total da saúde e educação também está na mira e os "direitos" de "propriedade intelectual" devem prevalecer à risca. Como é o caso das patentes, que influi na indústria farmacêutica.

O acordo significará também um salto ainda maior na verdadeira "democracia colonial" a que os países do continente estão submetidos, uma vez que as políticas e decisões nacionais já têm hoje pouquíssima autonomia, pois é o FMI que dá as cartas e impõe os "ajustes" que bem entende. Com a Alca, os governos estariam praticamente sem margem alguma para implementar políticas nacionais, a reversão das privatizações ou de qualquer outra política, como proteção ou subsídio a determinado setor.

A expansão da pobreza

O objetivo dos Estados Unidos é capturar um mercado de consumo de bens de luxo e outros que abarca de 20% a 30% da população, enquanto joga 70% dela na pobreza. É só olhar para o México e sua relação com o Nafta. As "maquiladoras" mexicanas são um exemplo: os Estados Unidos transferem a produção para o México pagando salários 80% inferiores aos pagos na matriz, depois derrubam os preços dessas manufaturas produzidas e as revendem para os 30% da população que pode consumir a preços de 10 a 100 vezes maiores.

A guerra fiscal entre os países de terceiro mundo vai se acirrar. Vão disputar quem oferece mão de obra mais barata, daí a exigência de aprofundamento das reformas trabalhistas e sociais nos países. O governo mexicano, por exemplo, tem medo que a Alca signifique deslocamento de indústrias hoje instaladas no país para países que ofereçam mão de obra com salários ainda mais miseráveis, com ainda maior flexibilização trabalhista e ainda menores direitos sociais.

A Alca só beneficiará os Estados Unidos, as transnacionais e alguns sócios locais da rapina. E expandirá sobremaneira a pobreza, a precarização do trabalho, o desemprego, os baixos salários e a destruição da educação, saúde e previdência públicas. (M.F.)

FP

Reunião de ministros em Buenos Aires

União Européia não é alternativa

O governo brasileiro diz que quer e pode conseguir a abertura do mercado americano de aço, suco de laranja e em mais alguns setores em troca de abrir todo o país. Seria possível, segundo o governo, estabelecer acordos "equilibrados" a partir de "negociações justas". A verdade é que nem em sonho conseguirão sequer pequenas concessões. E mesmo assim, se depender deles, o Brasil vai à Alca. Mas ao mesmo tempo, está sendo negociado um acordo de livre comércio com a União Européia que, como os norte-americanos, não abre seu mercado agrícola.

Estados Unidos e União Européia disputam a rapina por aqui e têm alguns choques de interesses, porém todos os dois imperialismos têm sido tremendamente beneficiados.

Há setores da chamada "centro esquerda", o PT entre eles, que acredita que o imperialismo Europeu é mais civilizado que o norte-americano e sua presença por aqui contrabalançaria a hegemonia dos Estados Unidos, daí os amores por Jospin, primeiro ministro francês.

Mas a verdade é que não há diferença alguma entre a MCI/Embratel e a Telefônica, por exemplo, quando se trata de espoliar o Brasil e explorar e demitir os telefônicos e aumentar tarifas para o povo. Os planos de demissão voluntária do Santander ou Volksvagem, não ficam nada a dever para os da Ford ou GM.

Para rechaçar a Alca e toda recolonização imperialista no continente é necessário globalizar essas lutas e além de manifestações como a de Buenos Aires e Quebec, é necessário levar adiante lutas diretas de massas para botar abaixo os governos pró FMI e seus "ajustes". Uma verdadeira campanha de massas contra a Alca deve unir na ação todos os setores dispostos a lutar, mas por isso mesmo é preciso que os trabalhadores imponham essa luta na rua e tomem a dianteira dela, porque nenhum setor burguês o fará. (M.F.)

MOVIMENTO **Operários enfrentam patronal e repressão do governador Jereissati**

Construção civil pára em Fortaleza

Gabriel Huland,
de Fortaleza

Os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza estão, desde o dia 4 de abril, em greve por tempo indeterminado. As reivindicações centrais da categoria são o reajuste salarial de 19% (que elevaria o piso do servente de R$ 206 a 250) e o não trabalho aos sábados. Além dos patrões negarem este aumento (oferecem apenas R$ 218), ainda querem que o sindicato assine a convenção coletiva, deixando todos os sábados do ano livres para o trabalho.

Depois de três meses de campanha salarial, inúmeras assembléias e negociações com a patronal, os trabalhadores deliberaram a greve devido à intransigência dos empresários, que tiveram a maior margem de lucro do setor industrial no ano que passou. O setor da construção civil é responsável por mais de 14% do PIB do Estado do Ceará.

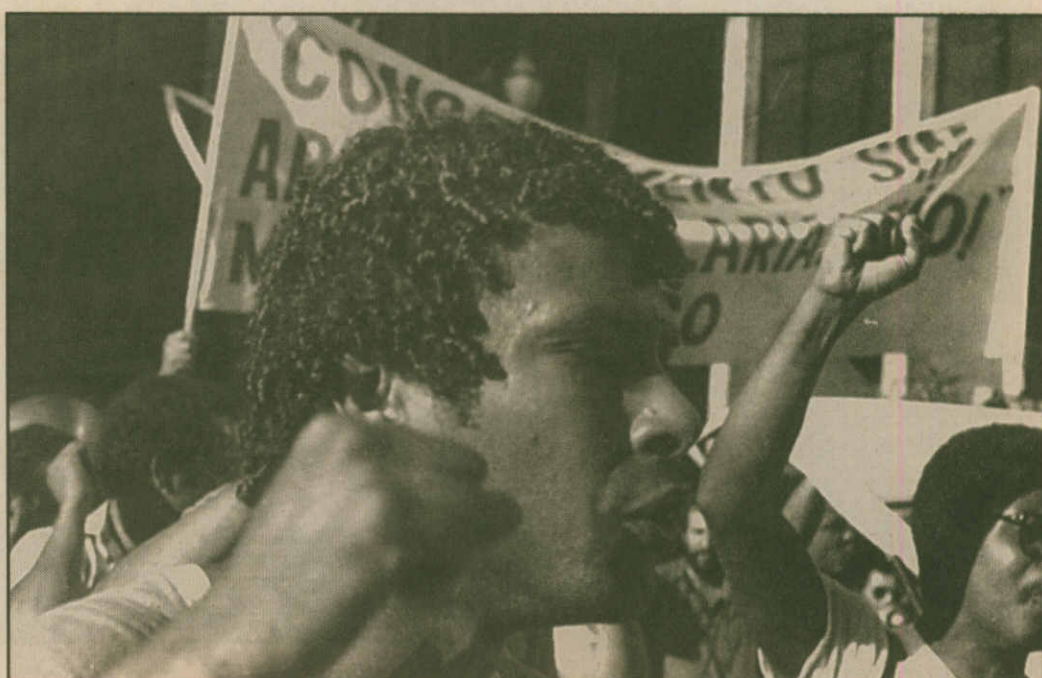
A greve conta com a adesão de mais de 80% dos 200 canteiros de obra da cidade. Por dia, são aproximadamente 3 mil trabalhadores participando dos piquetes que começam às seis horas da manhã.

Todo início de tarde os operários se reúnem na praça Portugal, onde é realizada a assembléia que avalia o dia e decide a continuidade ou não da greve. O que se nota é uma grande disposição de ação por parte destes bravos companheiros e a solidariedade da população é visível.

Mas como não poderia ser diferente, a truculência da polícia do governador Tasso Jereissati (PSDB) é alarmante. Vários secretários do Estado são sócios majoritários de grandes empresas do setor. Todos os dias os trabalhadores encontram vários policiais armados até os dentes, "protegendo" as principais obras, não só do lado de fora, mais também dentro dos canteiros.

Como se isso não bastasse, as empresas contratam seguranças particulares, que coagem física e psicologicamente os trabalhadores a não aderirem ao movimento.

No último dia 9, mais de 500 trabalhadores se enfrentaram com a tropa de choque, depois de um disparo para dispersar a passeata. Três grevistas foram baleados e vários policiais ficaram feridos. Sem contar as inúmeras prisões, sem justificativa, tanto de trabalhadores de base como de diretores do sindicato.

Apesar de toda essa repressão, a greve segue forte contando com o apoio de boa parte dos sindicatos cutistas e partidos operários. A sociedade também dá mostras de apoio ao movimento. As primeiras iniciativas de arrecadação para o fundo de greve foram vitoriosas, principalmente na universidade.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil vem se constituindo como um dos únicos no Estado que mantém uma política classista e de enfrentamento com os patrões, privilegiando a mobilização e organização dos trabalhadores. Tem sua diretoria formada majoritariamente por militantes do PSTU. O companheiro Raimundão, candidato pelo partido a prefeito nas últimas eleições, é o principal porta-voz da categoria.

Os trabalhadores da construção civil precisam da solidariedade nacional. Vamos encher o fax do sindicato de moções de apoio. Envie as mensagens para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da região metropolitana de Fortaleza, fax: (0xx85) 281-1288.

É importante também enviar moções de repúdio ao sindicato patronal, Sinduscon, fax: (0xx85) 246-5213.

Pelo piso de R$ 250 para o servente!

Não ao trabalho aos sábados!

Pelo pagamento catorzenal!

Fora FHC e o FMI!

DENÚNCIA

Oposição bancária é perseguida em Natal

Gilmar Ferreira,
de Natal (RN)

Por ocasião do último processo eleitoral da categoria bancária de Natal, Rio Grande do Norte, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2001, inscreveram-se para disputar as eleições do Sindicato dos Bancários duas chapas: a *Chapa 1 – Ação e Solidariedade - CUT*, formada pela diretoria do Sindicato, e a Chapa 2 – Oposição Bancária - CUT.

Ocorre que às vésperas da eleição, os diretores do sindicato, após um boletim da chapa opositora, que questionava a apatia da diretoria do Sindicato, exigia prestações de contas de alguns bens alienados, bem como do dinheiro recebido do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tomaram as seguintes medidas reacionárias e antidemocráticas, a seguir numeradas:

1 - Ligaram para vários componentes da Chapa 2, ameaçando-os de processo judicial caso não se desvinculassem imediatamente do processo eleitoral;

2 - Como não conseguiram intimidar os membros da chapa opositora, implementaram, de forma autoritária e sem o conhecimento da base, uma Interpelação Judicial contra os 36 componentes da Chapa 2, provocando, com isso, um descontentamento na categoria bancária. Acrescente-se que essa Interpelação vem causando constrangimento ao funcionário quando recebe a Notificação Judicial em pleno local de trabalho;

3- Ademais, os diretores do Sindicato utilizaram-se dos serviços dos mesmos profissionais que dão assistência advocatícia aos sindicalizados para elaborar e ajuizar a Petição Inicial em plena campanha, ato que deixou os membros da Chapa 2 perplexos, já que esses profissionais são pagos através da contribuição de todos os associados.

Apurada a eleição, a *Chapa 1* foi vitoriosa, com a ajuda da máquina do sindicato e o apoio da corrente majoritária da CUT, a *Articulação*. A Chapa 2, de oposição, obteve 30% dos votos, apesar de poucos recursos e não ter nenhum militante liberado.

Alguns dias após as eleições, oficiais de justiça começaram a procurar os bancários da Chapa 2 para entregar as Notificações Judiciais. Os intimados tinham o prazo de 48 horas para oferecer as explicações, sob pena de não o fazendo, ou se prestadas de forma não satisfatória, responderem pelas ofensas alegadas nos termos do art. 144 do Código Penal.

A categoria ficou indignada ao saber dessa atitude revanchista da diretoria do Sindicato e fez campanha com um abaixo-assinado para que fosse repensado o posicionamento dos diretores. Além disso, foi publicada uma matéria no *Luta Bancária*, jornal da categoria, repudiando o arbítrio. Comunicou-se o fato também aos Sindicatos do Estado, à Ordem dos Advogados e ao Centro de Direitos Humanos.

Diante desses fatos, pedimos aos militantes, sindicatos e partidos políticos comprometidos com a liberdade de expressão e organização que se manifestem em defesa dos 36 membros da Chapa 2, enviando fax para Sindicato dos Bancários/ RN (0xx84) 213-5256 e-mail: seebimprensa@natal.digi.com.br

Filme narra perseguição aos gays e intelectuais cubanos

Paixão, revolução ...e perseguição

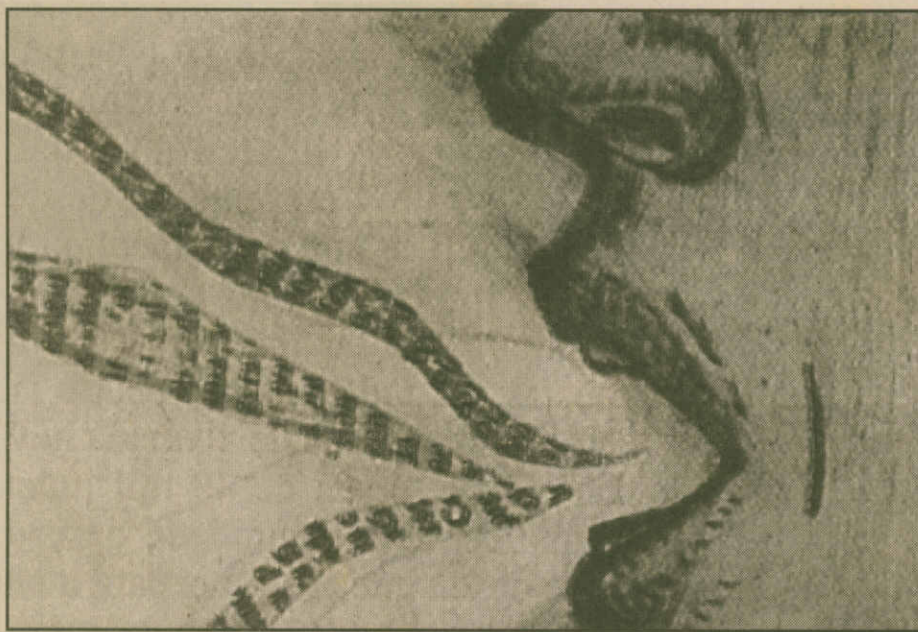
Wilson H. da Silva,
de São Paulo

Em 1990, pouco antes de suicidar-se, o escritor cubano Reinaldo Arenas escreveu uma carta de despedida na qual responsabilizava uma única pessoa por sua própria morte: Fidel Castro.

Nesta carta, incluída na autobiografia *Antes que anoiteça* (Ed. Record), Arenas afirma que, caso não tivesse sido perseguido, preso, confinado num campo de trabalhos forçados, torturado e censurado pelo regime castrista, seu destino poderia ter sido totalmente diferente: muito provavelmente ele não teria buscado o exílio e muito menos colocaria um ponto final em sua própria vida, aos 47 anos, depois de conviver dez anos com o vírus da Aids, em paupérrimos apartamentos em Miami e Nova York.

Como a história não é feita de hipóteses, nunca poderemos saber se, de fato, a vida de Arenas teria sido diferente. Contudo, uma coisa é certa: tanto sua fascinante obra — que inclui livros com *El mundo alucinante*, *El color de verano*, *El palácio de las branquíssimas mofetas*, entre outros — quanto sua autobiografia, são testemunhos inquestionáveis de um dos muitos crimes do castrismo.

Dotado de um estilo que o aproxima do surrealismo, Reinaldo Arenas foi, indiscutivelmente, um dos mais brilhantes escritores latino-americanos e sua vida serve como um dos mais lamentáveis exemplos de como o regime ditatorial e burocrático de Castro tratou os intelectuais em geral e gays e lésbicas, em particular.

Foi exatamente mesclando trechos da autobiografia e da obra de Arenas que Julian Schnabel produziu o excelente *Antes de anoitecer*, atualmente em cartaz nos cinemas. Por isso mesmo, um primeiro aviso importante para quem vá assistir o filme é que Schnabel — que também dirigiu *Basquiat: traços de uma vida*, sobre o pintor negro e gay que morreu em Nova York, em 1988, aos 28 anos — é que *Antes do anoitecer* não é um "retrato fiel" da vida de Arenas.

Apesar de não trazer nenhuma "inverdade", o filme mescla a autobiografia de Arenas — que o escritor ditou, nos últimos meses de vida, para seu amigo e amante Lázaro Gomez Carriles, co-roteirista do filme — com personagens que apareceram nos livros de ficção de Arenas. Além disso, condensa em um ou dois personagens várias pessoas que foram importantes em sua vida e, acima de tudo, muitas vezes adota o mesmo tom surrealista que marcou sua obra.

Seja como for, o essencial está ali. Arenas, nascido numa família camponesa pobre, aliou-se aos rebeldes revolucionários quando ainda era adolescente, vibrou com a vitória da revolução e a defendeu em seus primeiros anos mas, com o decorrer do tempo, tornou-se alvo de uma brutal perseguição, o que o forçou a exilar-se da ilha, em 1980, no chamado Êxodo de Mariel, quando 125 mil cubanos — dentre os quais cerca de 19 mil eram homossexuais — abandonaram a ilha.

Seu principal crime era ser gay, algo que, no regime castrista, desde de 11 de outubro de 1961, quando ocorreu a *Noite dos Três Pês* — a prisão massiva de "Pederastas, Prostitutas e Proxenetas (cafetões)" — era tido como crime contra-revolucionário e sinal de comportamento "decadente" e "burguês".

Um crime punido, num primeiro momento, com uma brutal perseguição (que resultava na impossibilidade de se achar emprego, moradia, etc.) e que acabou dando origem aos famigerados "campos de reeducação"; na verdade fazendas onde gays e lésbicas — bem como todo e qualquer tipo de dissidente político — eram obrigados a fazer trabalho forçado nas plantações de cana (um "método" posteriormente também utilizado com os soropositivos).

E, "como ser gay não bastasse", Arenas ainda ousou ser um escritor brilhante que recusava-se a limitar sua criatividade às limitações da tacanha estética do "realismo socialista". Um "delito" para o qual os stalinistas e seus comparsas, como Fidel, só tinham uma pena: a morte.

Liberdade para lutar pela liberdade

Em 1938, o revolucionário Leon Trotsky reuniu-se, no México, com o artista surrealista francês André Breton. O encontro dos dois resultou no lançamento do *Manifesto pela Federação Internacional ela Arte Revolucionária e Independente*, uma resposta contundente às perseguições que Stalin e sua gangue estavam promovendo contra intelectuais.

Contrapondo-se ao chamado "realismo socialista" — o horror estético e panfletário que Stalin impôs como padrão de arte revolucionária — Trotsky e Breton reafirmaram que se é verdade que somente uma revolução socialista pode libertar a arte definitivamente, para que a arte possa realmente contribuir no processo revolucionário, ela precisa ser totalmente livre — "anárquica", inclusive, para utilizar um termo usado pelos autores.

É nesse mesmo sentido que nós, do **PSTU**, acreditamos que é fundamental, por parte de todos aqueles que lutam pela revolução, fazer uma defesa intransigente e cotidiana dos direitos de gays e lésbicas. Pois, parafraseando Trotsky e Breton, para que um dia realmente possamos ter uma sociedade onde cada um possa exercer a sua orientação sexual da forma que bem entender, é fundamental, desde já, lutar contra toda e qualquer forma de opressão. (W.H.S.)

Assassinos de idéias e da arte

Aqueles que defendem o estado cubano de forma cega e acrítica acusam Reinaldo Arenas de ser mais um entre os muitos gusanos (vermes) que deixaram a ilha, trocando a luta pelo socialismo pela ilusão do capitalismo. Nada pode ser mais falso. Arenas, que em vários momentos de sua autobiografia critica o capitalismo e as penúrias do exílio — ao mesmo tempo em que denuncia a falta de liberdade em Cuba —, é, na verdade, mais um entre as milhões de vítimas que o stalinismo e suas vertentes fizeram no decorrer deste século.

Ele é "herdeiro" de gente como o poeta Iessiênin, que se suicidou na década de 20 na ex-União Soviética, ou do cineasta, também russo, Sergei Eisenstein (diretor de filmes como Outubro e O encouraçado Potemkin), que viu seus filmes sendo censurados pelo regime stalinista durante décadas.

Isso pra não falar dos milhares e milhares de outros intelectuais ou "elementos anti-sociais" (um silogismo para gays e lésbicas) que foram perseguidos ou massacrados pelo stalinismo, seja nos nefastos Processos de Moscou, na década de 30, seja nas inúmeras ondas de perseguição que varreram todos os demais países que formavam o bloco soviético.

Arenas, inclusive, e lamentavelmente, não foi o único intelectual gay cubano que teve seu destino tragicamente marcado pelo castrimo. José Lezama Lima e Virgilio Piñera também sofreram horrores nas mãos do castrismo. Também tiveram seus livros censurados, foram presos e proibidos de saírem de Cuba, onde acabaram morrendo na miséria.

Já Arenas, ao fugir do país, só nos faz lembrar Maiakovski, o genial poeta russo que, diante da ascensão do stalinismo, optou, em 1930, pelo suicídio, deixando como "despedida" o poema A plenos pulmões, cujos versos certamente poderiam ser endereçados a Fidel: "Ao comitê central do futuro ofuscante, sobre a malta dos vates, velhacos e falsários, apresento em lugar do registro partidário todos os cem tomos de meus livros militantes" (W.H.S.)

Candidatos que passaram para o 2º turno têm programas parecidos

Nem Toledo nem Garcia são a saída

As eleições presidenciais no Peru, realizadas no último 8 de abril, confirmaram a passagem para o 2º turno do principal líder da oposição burguesa a Fujimori, Alejandro Toledo, e também a surpreendente volta do ex-presidente Alan Garcia. Nesta edição, publicamos artigos que analisam o significado dessas duas candidaturas, a situação política peruana e a posição pelo voto nulo adotada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores do Peru, organização com a qual o PSTU mantém fraternais relações.

Ge Souza,
da redação
e Gustavo Amado,
de Lima

No 1º turno das eleições no Peru, as candidaturas existentes tinham a preferência de dois terços dos eleitores. O terço restante, que representa 5 milhões de eleitores, ou não sabiam em quem votar ou já tinham decidido que não votariam em ninguém. Segundo o Imasen (Instituto de Pesquisa), havia 22,9% de indecisos e 11% anulariam seu voto.

A abstenção ou a desconfiança não podem ser vistas como uma tragédia, muito pelo contrário. Contra os cálculos ilusórios que fazem os ideólogos do "mal menor", uma abstenção massiva, através do voto nulo ou em branco, seria uma mostra contundente de independência política das massas trabalhadoras.

Isso fica ainda mais claro se observarmos que no 2º turno estão concorrendo Toledo e o ex-presidente Alan Garcia (1985-1990).

Alejandro Toledo tem a preferência popular porque foi o dirigente das mobilizações que derrotaram a ditadura. Nesse processo, ele ganhou o apoio de ativistas, dirigentes populares e de muitos militantes e ex-militantes da esquerda.

Na campanha eleitoral, Toledo reafirmou seu apoio aos setores mais empobrecidos, apoiando suas principais reivindicações: emprego e aumento de salários para professores e aposentados. Reuniu-se com a Federação Mineira, a Confederação Camponesa, a Associação Médica e a Central Geral dos Trabalhadores do Peru com os quais estabeleceu compromissos pontuais. Vários dirigentes sindicais e populares ingressaram na chapa de Toledo como candidatos.

Porém, esta é só uma das faces de Toledo. A outra é a que negocia com um setor de empresários, que apóiam a sua candidatura, montam a sua equipe de governo, escrevem o seu programa e financiam a sua campanha.

É assim que se estabelece o compromisso concreto de Toledo com o grande capital e as multinacionais. Os empresários não têm dúvida deste compromisso de Toledo com o neoliberalismo. Mas têm dúvida da sua capacidade em cumprir os acordos com o FMI, pois dizem que suas promessas criaram enormes expectativas na população.

A surpresa foi a volta de Alan Garcia. Muitos se lembram do seu governo desastroso: a hiperinflação, o caos, o massacre dos presidiários e as denúncias de corrupção. Mesmo assim, Garcia voltou e em pouco tempo conquistou um importante espaço à esquerda no processo eleitoral, que o levou ao 2º turno.

Apoiado por uma forte organização partidária — o Apra — e um discurso contra os "excessos" do neoliberalismo, oferecendo mais emprego, retomada do crescimento econômico e melhorias salariais, Garcia conquistou o apoio de importantes setores populares e juvenis.

Na verdade, o anti-neoliberalismo de Alan é uma balela. Em várias entrevistas o candidato aprista afirmou e afirma que vai pagar a dívida externa, que não condena as privatizações, ao contrário: já afirmou que irá privatizar a energia elétrica, os portos e as refinarias.

A diferença do neoliberalismo de Alan Garcia é a mesma diferença entre Tony Blair e Margareth Thacher na Inglaterra, ou entre De la Rúa e Menem na Argentina: aplicam o mesmo plano. Mas os "oposicionistas" ao neoliberalismo o fazem com doses de populismo, apoiados em "negociações" e algumas medidas compensatórias para amenizar os efeitos desses planos sobre a população.

Associated Press

Garcia (à esquerda) e Toledo comemoram ida ao 2º turno

Voto nulo contra o neoliberalismo

O **PST** do Peru não vota e nem dá apoio político aos representantes dos patrões. Assim como nos sindicatos não elegemos como dirigentes os representantes dos exploradores, nas eleições não devemos votar naqueles que aplicam uma política de fome e miséria.

Esta é uma regra que sempre foi defendida pelo movimento operário ao longo de sua história e que representa uma política de independência de classe.

Para impedir que ganhe a "direita", uma ampla maioria se inclina em votar no mal menor, elegendo Toledo como seu candidato.

Mas os trabalhadores e os jovens não podem depositar suas esperanças em Toledo, nem em Alan Garcia. Devemos sim, confiar em nossas próprias forças para acabar com a miséria e a exploração e por isso devemos votar nulo.

O voto nulo será nosso protesto contra o neoliberalismo, que será aplicado por qualquer um dos candidatos ao assumir o governo. É um voto na luta por um governo dos trabalhadores, que traga um novo destino para os explorados e oprimidos do Peru.

Crise econômica e lutas

O que causa o descontentamento da população, desde que começou a desilusão com o regime fujimorista (a partir de 1996), é a situação dos salários de fome, do desemprego, fechamento de empresas e demissões. A situação não mudou, apesar da queda da ditadura e de que há um governo "democrático" de transição.

O que mudou? Perguntam indignados os favelados afetados pelas inundações em Lima, Puno, Arequipa, entre outras cidades, e que recebem do governo um pouco de peixe e algumas pás e picaretas para enfrentar sua desgraça.

Os trabalhadores das minas, fábricas e empresas de serviços são intimidados pela patronal. As liberdades sindicais, em muitos casos, não estão plenamente restituídas.

Mas a queda da ditadura reafirmou a confiança na força da mobilização e hoje há lutas diárias, com importantes vitórias.

Por exemplo, em plena campanha eleitoral, professores contratados e os trabalhadores da saúde lutam; os telefônicos se mobilizam; os agricultores de Chincha bloqueiam estradas em defesa dos preços de seus produtos.

São estas lutas, e não as ilusões no processo eleitoral, que marcarão o curso dos próximos meses. O que devemos fazer é reafirmar a posição independente dos trabalhadores e do povo, unificando as lutas através de um Plano Nacional.

De Buenos Aires a Quebec um só grito:

Não à Alca!

De Buenos Aires a Quebec. No último mês de abril, dezenas de milhares de pessoas participaram de manifestações que fizeram ecoar os protestos dos povos e trabalhadores do nosso continente contra a Alca, o neoliberalismo, os planos do FMI. Deixaram claro, para os chefes de estado que participaram da 3ª Cúpula das Américas, que não estamos dispostos a aceitar a integração dirigida pelas "cúpulas", nem a área "livre" para o comércio, o lucro e a pilhagem patrocinadas pelos Estados Unidos.

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é o nome para a nova fase de exploração e pilhagem em todo o continente a partir de 2006. Como se já não bastasse a sangria da dívida externa, a entrega do patrimônio público e dos recursos naturais através das privatizações, as políticas econômicas ditadas pelo FMI, agora, o governo dos Estados Unidos e as multinacionais querem livre trânsito para circular seus capitais, seus produtos, seus lucros; sem barreiras, sem tarifas, sem restrições de qualquer espécie.

Os governos dos países pobres do continente, incluindo o governo FHC, decidiram aceitar a integração *made in* Estados Unidos e, agora, começam a negociar as condições da rendição até a entrada em vigor da Alca.

Os trabalhadores e povos do continente não têm nada a ganhar com esse acordo comercial. Até mesmo os trabalhadores dos países mais ricos do continente – Estados Unidos e Canadá – estão contra, pois sabem que a "integração" significará desemprego e rebaixamento de salários.

Desde que foi estabelecida a área de livre comércio entre Estados Unidos-Canadá e México (o Nafta), mais de 400 mil empregos da indústria norte-americana desapareceram com a transferência de fábricas para o México. Para o povo mexicano a sorte não foi melhor: salário médio de US$ 80 centavos por hora nas empresas multinacionais, 8 milhões de pobres a mais, desemprego massivo.

Com a Alca, o desemprego vai aumentar, porque só vão sobreviver os setores e países mais "competitivos".

Com a Alca, os salários serão mais arrochados e os direitos trabalhistas "flexibilizados", porque para as multinacionais interessa ter "livre acesso" à ampla mão-de-obra barata e precarizada do continente.

Com a Alca, teremos menos direitos sociais e serviços públicos. Por exemplo, a indústria farmacêutica quer o controle total das patentes, não quer que os governos dos países pobres possam fabricar medicamentos genéricos e, portanto, mais baratos.

Com a Alca, as privatizações vão continuar e os países pobres vão perder cada vez mais a soberania, porque cada vez mais os Estados Unidos e as multinacionais vão exigir que os países acatem as regras da Alca e da Organização Mundial do Comércio, aumentando, assim, a ingerência política sobre todos os países.

Sérgio Koei

Buenos Aires, 6 de abril

Plebiscito já!

Não há porque encarar a Alca como um fato consumado. Os povos e trabalhadores do continente têm que continuar a luta para impedir a sua implantação.

É preciso, em cada país, desencadear uma verdadeira campanha continental pela realização de plebiscitos populares. Os povos é que têm que decidir se vão ou não aderir a Alca e não um punhado de governantes lacaios e de multinacionais.

É preciso continuar a campanha contra a Alca em todos os países, com a realização de atos de rua, passeatas, jornadas (como o 20 de julho, dia continental de luta contra a dívida externa).

É preciso dar a mais ampla solidariedade aos povos que lutam concretamente contra os seus governos e os planos do FMI, como acontece hoje na Argentina.

Os trabalhadores e pobres do continente nada têm a ganhar com uma integração sob bases capitalistas. Não existe capitalismo civilizado ou com "desenvolvimento" em uma economia controlada por um punhado de países imperialistas e de multinacionais.

Precisamos dizer *Não à Alca* e construir o caminho de uma verdadeira integração, justa e igualitária, entre os países do continente, que só poderá ser sob bases socialistas.

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5084.2982 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): Pça Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Bairro Fonolândia - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG):
- **Floresta** - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166- F. (61) 346.4926 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - F. (19) 3235.2867- campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br - F. (11) 4051-2800

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9999.5017 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 4427-4391 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- **Paraíso**: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 572.5416
- **Zona Sul**: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- **Zona Leste**: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é: www.pstu.org.br